


A musealização do folclore na abordagem da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (anos 1947-1968)

Elaine Cristina Ventura Ferreira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil
Doutoranda em História

 <https://orcid.org/0000-0002-5331-6573>

E-mail: cristi-nane@oi.com.br

Resumo: O objetivo do artigo foi traçar uma reflexão acerca das abordagens construídas em torno do folclore, e discutir, a partir de sua musealização, o debate que marcou a história do patrimônio imaterial no Brasil. Para alcançar essa proposta, perguntamos sobre o lugar do folclore no projeto de nacionalidade no cenário de sua institucionalização junto à Unesco. Essa questão foi respondida mediante o mapeamento das ações da Comissão Nacional de Folclore e a sua transformação em Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, cenário marcado pelo acolhimento do Governo no que cabe aos estudos de folclore no país. Quando o folclore se tornou um instrumento de interesse público, Museus de Folclore foram criados e usados para reafirmação da brasilidade.

Palavras-chave: Folclore; Comissão Nacional de Folclore; Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro; Musealização.

The musealization of folklore in the approach of the Brazilian Folklore Defense Campaign (1947-1968)

450

Abstract: The aim of the article was to draw a reflection on the approaches built around folklore and discuss, from its musealization, the debate that marked the history of intangible heritage in Brazil. To achieve this proposal, we asked about the place of folklore in the nationality project in the context of its institutionalization with UNESCO. This question was answered by mapping the actions of the National Folklore Commission and transforming it into a Campaign for the Defense of Brazilian Folklore, a scenario marked by the Government's acceptance of the study of folklore in the country. When folklore became an instrument of public interest, Folklore Museums were created and used to reaffirm Brazilianness.

Keywords: Folklore; National Commission of Folklore; Advocacy Campaign for Brazilian Folklore; Musealization.

Texto recebido em: 21/02/2019

Texto aprovado em: 14/09/2019

Introdução

Os estudos de folclore no Brasil são datados desde a segunda metade do século XIX, momento de profundas mudanças, sem dúvidas colocadas pelos

debates que conduziram o fim da escravidão. Segundo Martha Abreu, esse contexto teria desencadeado a ‘descoberta’ do povo no ‘espírito’ nacional, rendendo a publicação de trabalhos etnográficos, literários e artísticos. O que se buscava era identificar no folclore elementos que pudessem ser usados como singularidade de nossa nacionalidade (ABREU, 2002, p. 280-283). Desde o século XIX, houve a associação do folclore com a ideia de atraso de superação e de passado. Essa abordagem reforçou as relações de poder que envolveram a construção de uma narrativa sobre o folclore em uma perspectiva nacional. Essa interpretação, ao ser legitimada, consolidou estereótipos e preconceitos, esvaziando o potencial de conflitos dos processos que envolvem as apropriações e a reinterpretação da cultura: “para esses estudiosos, o folclore seria nada mais que a sobrevivência emocional”. As manifestações folclóricas e os conceitos de cultura não são algo dado: são construções – essa é a crítica de Durval de Albuquerque (ALBUQUERQUE, 2013, p. 24).

Para entender a história do patrimônio imaterial como semântica do folclore, dividimos o trabalho em três itens. Traçamos uma análise da institucionalização do folclore junto à Unesco e do acolhimento do Governo, que transformou a antiga Comissão Nacional de Folclore – CNF em Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – CDFB em 1958. Refletimos sobre os debates dos folcloristas¹ da CNF, que difundiram a ideia de imaterialidade mediante o folclore. Com essas discussões, buscamos entender o lançamento de uma concepção pioneira em torno do que ficou conhecido como patrimônio imaterial, fato marcado pela musealização (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 58) do folclore em Museus de Folclore.

A década de 1930 foi marcada por transformações no campo da cultura no país, simbolizando o desejo ardente de nacionalidade. Patrícia Tavares Raffaini traçou uma análise sobre as tentativas de política cultural desenvolvida pelo Departamento de Cultura de São Paulo entre 1935 e 1938, questionando-se sobre o que determinado grupo de intelectuais, ligado à direção desse Departamento, entendia por cultura, e de que maneira esta seria difundida à população em geral da cidade e com que propósito. Explorou, assim, as possíveis tentativas de política cultural, buscando saber se elas pretendiam se tornar hegemônicas, no sentido de almejar, em um plano vasto, a criação de um sentido para a nacionalidade. Nessa mesma época, Mário de Andrade, à frente do Departamento de Cultura de São Paulo, criou a Sociedade de Etnografia e Folclore, inserindo o popular na pauta do debate nacional (RAFFAINI, 2001, p. 19). Escolhemos como recorte inicial da

análise o ano de 1947, quando foi criada a Comissão Nacional de Folclore, e finalizamos com a inauguração do Museu da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1968, no Rio de Janeiro.

A pesquisa sobre a CNF ocupou um espaço precursor na tese de Luis Rodolfo Vilhena, que defendeu que a atuação da Unesco foi fundamental na institucionalização dos estudos de folclore no Brasil. Em sua análise sobre a trajetória da CNF, destacou que nesse momento os folcloristas foram responsáveis por inserir o popular no debate da nacionalidade. Para o autor, esse fato pode explicar o sucesso da CNF nas políticas culturais promovidas pelo Estado. Por outro lado, nos anos de 1940, quando a Antropologia e a Sociologia se institucionalizavam na Universidade, o folclore era tomado por essas ciências como ultrapassado (VILHENA, 1997, p. 14). Segundo Vilhena, apesar do fracasso do folclore na academia, seu sucesso ocorreu nas políticas culturais do estado, como verificamos em noticiário daquele momento:

De nossa parte estamos nos esforçando para apresentação de um trabalho intitulado 'O folclore no trabalho cultural do Brasil', onde será resgatada sua importância no processo de integração do homem brasileiro, mantendo coesas as bases da nacionalidade.²

452

Florestan Fernandes (1977) foi um intelectual que criticou o folclore, percebendo a sua incapacidade científica, a precariedade metodológica, e o predomínio da descrição nas análises. Enquanto o sociólogo problematizava a cultura e a estudava dentro de um contexto social e político, o folclorista se aproximava de abordagens românticas e harmonizava as relações sociais. O folclore entendia a cultura como uma sobrevivência do passado, suprimindo os fatores dinâmicos das experiências culturais, anulando os conflitos. Na época em que a Sociologia e a Antropologia se legitimaram na academia, o folclore buscava reafirmar suas fronteiras de atuação, conquistando espaços nas políticas culturais (VILHENA; CAVALCANTI, 1990, p. 80).

A trajetória do folclorista Hugo Moura, integrante da CNF da Paraíba, foi apanhada como objeto de estudo por Paulo da Cunha, que realizou uma análise sobre a escrita do folclore no Brasil segundo as concepções dos sociólogos e dos folcloristas do século XX. Na história do folclore, a partir de 1947, houve uma disputa entre cientistas sociais e folcloristas, no que compete aos métodos e abordagens. (CUNHA, 2011, p. 10). O debate levantado por Vilhena e por Cunha

sinaliza o êxito do folclore nas políticas culturais: o que conduziu esse sucesso? É o que buscaremos entender mediante a institucionalização do folclore junto à Unesco, e o acolhimento do Governo, que transformou a antiga CNF em Campanha de Defesa do Folclore – CDFB Brasileiro.

A institucionalização do folclore junto à Unesco: a trajetória da Comissão Nacional de Folclore e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas – ONU. A promulgação da valorização do folclore pela entidade surgiu como resposta às teorias raciais do século XIX, que não deram conta de explicar a diversidade cultural. Devido a isso, o folclore foi acionado como instrumento de confraternização entre as nações e de construção das nacionalidades:

E isso porque verdadeiramente na massa espontânea e consuetudinária do folclore, se conservam indelévels as linhas da unidade nacional. Abrigando e prestigiando esta obra não se aparta o Itamaraty dos limites de sua jurisdição administrativa. Ao contrário, coopera para o estabelecimento de um dos fatores pelos quais os povos se identificam ou se delimitam na obra essencial e emocional de aproximá-los, eis que o estudo do folclore é um dos caminhos da fraternidade entre as nações.³

O Brasil foi o primeiro país a atender às prerrogativas da Unesco, que, unido ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC, promoveu ações de reconhecimento do folclore nacional.

Renato Almeida, intelectual de destaque, e à frente do IBECC, era conhecido como diplomata, advogado e folclorista de origem baiana, nascido em 1895. Formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, e trabalhou como advogado e jornalista. Colaborou em diversos periódicos, como o *Monitor Mercantil* e *América Brasileira*, tendo se tornado redator-chefe deste último. Foi diretor do Lycée Français (hoje Colégio Franco-Brasileiro) do Rio de Janeiro, tendo sido chefe do serviço de documentação do Itamaraty, e seu representante em missões oficiais no exterior. Possuía relações de amizade com os intelectuais de São Paulo. Participou de movimentos artísticos como a Semana de Arte Moderna de 1922.⁴ Como integrante do Ministério das Relações Exteriores, Renato Almeida seguiu as diretrizes da Unesco, em defesa do folclore, e foi, ainda, correspondente e

representante nessa temática em países como França e Portugal. O preâmbulo da Convenção de Londres, que criou a Unesco em 1946, determinou, em seu artigo 07, o estabelecimento em seus países membros da implantação de organismos compostos de delegados governamentais e de grupos interessados em educação, ciência e cultura, destinados a coordenar esforços nacionais, associá-los à atividade daquela organização e assessorar os respectivos governos e delegados às conferências e congressos, como agentes de ligação e informação.⁵

As atribuições da Unesco desencadearam uma recomposição do cenário intelectual, que reuniu autores que já vinham, desde o ano de 1930, pesquisando o folclore brasileiro, merecendo destaque os nomes de Gustavo Barroso, Basílio de Magalhães e Câmara Cascudo, integrantes da CNF:

Reuniu-se no Salão de Leitura da Biblioteca do Itamaraty a Comissão de Folclore do IBECC, convocada pelo senhor Renato Almeida, seu Secretário Geral, para serem estabelecidos os programas de trabalho e tomadas várias outras providências, a fim de poder ser a mesma instalada em definitivo, pelo senhor Levi Carneiro, presidente do IBECC, em sessão plenária deste. Estiveram presentes D. Heloísa Torres, D. Dulce Martins Lamas, Doutor Gustavo Barroso, Maestro Lourenzo Fernandez e Dr. Herbert Serpa, tendo secretariado a sessão o Cônsul Vasco Mariz. Execusaram-se o Maestro Vila Lobos e o Dr. Arthur Ramos não puderam comparecer. Aberta a sessão, o Senhor Renato Almeida expôs as diretivas que a Comissão deve seguir, levantando desde logo um arquivo com os nomes das sociedades folclóricas e dos folcloristas brasileiros e estrangeiros, a fim de facilitar a permuta de dados, informações e material de estudos. Ajuntou que, na forma estabelecida pelas bases organizadas pela Diretoria do IBECC, a Comissão deveria comunicar a esta as pessoas e entidades que deveriam cooperar com os seus trabalhos e, desde logo, indicava os nomes dos Srs. Basílio de Magalhães, Luís da Câmara Cascudo, Cecília Meirelles, Joaquim Ribeiro, Oneyda Alvarenga e Mariza Lira.⁶

A citação acima nos levou a um exercício investigativo sobre o lugar do Brasil nesta cena, em que o folclore ocupava uma posição privilegiada na construção das identidades nacionais. Identificamos que, com a atuação da Unesco, as pesquisas espontâneas de folclore se tornaram legítimas e tratadas como estudos profissionais dos folcloristas, desde que estes estivessem vinculados à CNF, composta por 19 estados da federação brasileira:

A Comissão de Folclore, constituída pelo IBECC, para promover e incentivar os estudos folclóricos e representar como entidade brasileira, as instituições e os folcloristas brasileiros nas suas relações com o estrangeiro, desenvolvendo o intercâmbio com centros

de estudos e pesquisas folclóricas de outros países, ficou definitivamente organizada, sendo composta por membros do Instituto, a título pessoal ou como representantes do grupo, que se interessam pelo assunto, e por folcloristas ilustres convidados pela diretoria do instituto para tal fim.⁷

A presença da Unesco foi primordial na institucionalização do folclore. A esse fato, é somado o interesse do governo, que identificou no folclore os laços possíveis da nacionalidade. Esse ‘espírito’, entre o popular e o nacional, deu origem a um acontecimento emblemático para os estudos de folclore. Entre os dias 22 e 31 de agosto de 1951, ocorria no Rio de Janeiro o 1º Congresso Brasileiro de Folclore. Na cerimônia de abertura, o ministro das relações exteriores, João Neves Fontoura, ressaltou o pioneirismo do Brasil na salvaguarda do folclore. Reiterou ser a cultura um elo entre as nações, direcionando ao folclorista a tarefa de proteger a cultura popular brasileira, ameaçada de regressão. Getúlio Vargas, ao apoiar o evento, reforçava o papel social do folclorista, que discursava sobre o popular em nome do nacional:

Não faz muitos anos que os salões do Itamaraty foram abertos para hospedagem de 4 notáveis telas de pintura flamenga e destinadas ao Museu de Artes de São Paulo. Recebendo aqui o Corpo Diplomático e a sociedade brasileira, não omiti a alusão ao papel que esta casa desempenha no plano de nossas relações culturais com as outras nações do mundo. E seria ainda de mencionar, se não temesse alongar a pequena oração proferida, que a cultura é substancialmente um estuário de afluentes internacionais, num jogo de aquisição e devolução de valores de uns para os outros. Ministro de estado desta mesma pasta em 1946 coube-me a honra de propor ao senhor Presidente da República a fundação do Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura que foi de todas as Comissões Nacionais da Unesco a primeira a ser instalada. Entre as felizes realizações do Instituto podemos anotar a Comissão de Folclore para estudos e pesquisa de nossa cultura popular e com empenho de proteger esses elementos tradicionais ameaçados de constante regressão. Dessa obra é que resultou este 1º Congresso de Folclore ao qual o Governo e com especialidade o Senhor Presidente da República – empresta decido apoio.⁸

O ministro ainda destacou, no momento em que os salões do Itamaraty recebiam obras internacionais, a importância do acervo, lembrando-se da tarefa igualmente importante de proteger “os elementos” tradicionais brasileiros, reforçando, assim, o valor da CNF. Fica clara, portanto, a função social do folclore no que cabe a recuperação da ideia de tradição cultural e nacionalidade para reforçar os laços das identidades nacionais. Ainda durante o congresso, o ministro

Fontoura explicitou essas vinculações com muita clareza.⁹ No congresso, a Unesco reafirmou o seu entendimento de que o folclore seria uma forma de estimular a valorização das diferenças culturais, e a construção das identidades nacionais. É o que verificamos na carta enviada do secretário geral da CNF, Renato Almeida, ao diretor da entidade, Jaime Tórres Bodet:

Excelentíssimo Senhor Jaime Tórres Bodet, Diretor Geral da 'Unesco' – Paris.

Ao instalar-se, o Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, convocado pelo Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura, reafirma por intermédio de Vossa Excelência, a sua fidelidade aos ideais da Unesco, de promover a paz e a compreensão entre os povos, através da educação, ciência e cultura. Atenciosas saudações.¹⁰

O congresso foi consequência das ações que vinham sendo empreendidas pelos folcloristas desde a instalação da CNF em 1947, cuja missão era defender e zelar pelas tradições de origem popular. Nesses atos, notamos dois fatores que merecem destaque: a legitimação do intelectual folclorista pelo governo Vargas e a identificação do folclore como parte de sua proposta nacionalista:

A atividade magnífica da Comissão Nacional de Folclore, que congrega 19 entidades estaduais, além do órgão central que funciona no Rio de Janeiro, tem feito muito com uma dedicação extrema, mas chegou a hora de darmos a cultura popular a atenção que merece como elemento fundamental da própria cultura do país. Foi isso que o presidente Getúlio Vargas compreendeu com admirável clareza, afirmando que de há muito o problema o preocupava e sentia-se feliz de encontrar, neste momento um clima favorável à defesa do folclore brasileiro.¹¹

No mesmo congresso, foi aprovada a Carta do Folclore Brasileiro, documento que legitimou as diretrizes da pesquisa em folclore, dando-lhes o estatuto de ciência. E, na projeção de um viés científico para o folclore, o especialista deveria ter conhecimento das seguintes matrizes culturais: a europeia, a indígena e a africana. Vemos que, nesse quesito, o folclore reafirmava o discurso das três raças formadoras, a fim de reafirmar uma imagem sobre o nacional. Com isso, o folclore testemunhava uma época de nacionalismo do governo Vargas, como se vê no artigo quinto da carta:

5º Toda pesquisa folclórica deverá ser feita em moldes científicos, obedecendo às normas comumente seguidas nas ciências sociais. Para esse fim os pesquisadores, além do necessário treino, devem ser

instruídos sobre as questões metodológicas e, ter pelo menos, noções de etnografia europeia, ameríndia e africana, a fim de que não lhes passem despercebidos aspectos muitas vezes importantes e para que os dados coletados não sejam invalidados por falhas de método e de técnica.¹²

Para entender a transformação da CNF em Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – CDFB, fomos ao governo Juscelino Kubitschek, e verificamos que, nesse momento, os folcloristas conseguiram melhores articulações com o Estado, devido à percepção do governo, que identificou a relevância do folclore no projeto de nacionalidade, assim como Vargas:

Podeis ficar certos de que os vossos estudos, e proposições serão objeto de estudo atendo do Governo da República. Quanto mais conhecermos, em bases científicas, os traços culturais da nossa gente brasileira, tanto maior será a possibilidade de se operar tranquilamente o planejamento do Governo, no que tange ao alevantamento dos níveis de civilização da coletividade.¹³

No 3º Congresso Brasileiro de Folclore, Juscelino prometeu nomear a CNF em Instituto Nacional de Folclore, porém, esse sonho só se realizou em 1978, quando a CDFB foi incorporada a Fundação Nacional de Arte - Funarte¹⁴. O governo passou a tratar os folcloristas como autoridades no assunto de folclore, nomeando-os para atuação profissional:

Há meses atrás o governo nomeou uma comissão de estudiosos do nosso folclore para organizar um Instituto que, de fato, encarasse o folclore como uma ciência autônoma, não permitindo o desaparecimento de tão rico material que constitui a formação da nossa personalidade como povo. Essa comissão é composta de reais autoridades no assunto, capazes de levar adiante tão importante tarefa, pois todas possui um acervo valioso dentro do estudo do folclore brasileiro: Renato Almeida, Joaquim Ribeiro, Diégues Junior, Édison Carneiro, ajudados pelo representante do Ministério da Educação, Sr: Simeão Leal.¹⁵

Entendido como uma ciência autônoma, como citado acima, o folclore escrevia a história do povo brasileiro. Esse, por sua vez, era englobado no nacional, como podemos aferir no discurso do presidente Juscelino: “Renovo a todos vós, a minha confiança em que sereis bem sucedidos na relevante missão de desvendar um dos mais belos campos da história do povo brasileiro.”¹⁶

O papel do folclore na construção da nacionalidade nos ajuda a entender as razões que levaram à renomeação da antiga CNF para Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro – CDFB no governo Juscelino:

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte seis de agosto de mil novecentos e cinquenta e oito, no Salão nobre do Palácio da Educação, foi solenemente instalada, pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Professor Clóvis Salgado, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, instituída pelo decreto de número 43.178 de 05 de fevereiro de 1958 com a posse de membros do Conselho Técnico do folclore órgão dirigente daquela Campanha, designados por portarias ministeriais publicadas no Diário Oficial de cinco de agosto de mil novecentos e cinquenta e oito, a saber: Mozart de Araújo, membro e diretor executivo da Campanha, Renato Almeida, membro nato, na qualidade de Secretário Geral da Comissão Nacional de Folclore, Manoel Diégues Júnior, este ausente por doença, Édison Carneiro e Joaquim Ribeiro.¹⁷

No ano de 1947, o folclore foi institucionalizado junto à Unesco, levando o governo a acolher os estudos e transformá-los em políticas de estado. No item a seguir, buscaremos saber como o conceito de imaterialidade apareceu na abordagem dos folcloristas.

Folclore e imaterialidade: a projeção do Brasil na cultura do povo

Ao acompanhar os relatos dos folcloristas da CNF, foi identificado o primeiro momento em que o conceito de imaterialidade apareceu como semântica do folclore. A Carta do Folclore Brasileiro (documento que deu o estatuto de ciência para o folclore, aprovada no 1º Congresso Brasileiro de Folclore)¹⁸ fala sobre a cultura no âmbito espiritual, o que significa dizer que esses autores traçaram um plano pioneiro para o que ficou conhecido como patrimônio imaterial:

1º O I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em toda sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual.¹⁹

O livro das celebrações do patrimônio imaterial é caracterizado pelas religiões, ritos e cantos. Identificamos que esses elementos já se faziam presentes nos estudos de folclore:

Foi uma ideia feliz de se instalar a Campanha a 22 de agosto, na evocação da data que recorda a Carta famosa de Willian Jhon Thoms, “ao The athe neum”, de Londres, em 1846 propondo a criação da palavra ‘Folk – Lore’, saber do povo, designando às “antiguidades populares”, esses ‘fatos que, insignificantes em si mesmos ganham importância se formam uma longa cadeia’. O conceito se devia alargar em sucessivas ampliações, no determinar do âmbito desses conhecimentos, que a ‘Folke Lore Societty’ reuniu em três ramos: religião e ritos; costumes, histórias, cantos e ditos já admitindo implicações na vida material.²⁰

No registro das formas de expressão do patrimônio imaterial, é possível encontrar as manifestações musicais, com os folcloristas falando do samba na década de 1950:

O samba será o primeiro tema de investigações folclóricas que serão realizadas este ano pela Campanha Nacional de Folclore – declarou ontem à imprensa o senhor Mozart de Araújo, diretor da instituição. O estudo que abrangerá todas as fases da manifestação do sambaí do Distrito Federal e nas demais unidades do Brasil será dirigido pelo africanólogo Édison Carneiro, um dos maiores peritos no assunto.²¹

O conceito de imaterialidade apareceu na fala do folclorista Clóvis Salgado, quando se referiu à música, a dança ressaltando a necessidade de valorizar esses elementos no sentido espiritual, ou imaterial:

Muitas de suas manifestações mais legítimas como a música e a dança, não podem resistir ao impacto de uma civilização que tudo tende a padronizar. Sob a influência do processo material de nossos dias, desintegram-se e perdem-se muitos dos autênticos dessas produções espontâneas da arte popular. Esse é o sentido profundo da cruzada pelo folclore: cultivar a tradição brasileira, o patrimônio cultural do nosso povo, aquilo que define e caracteriza a alma da nação. Não quer o Governo promover apenas economicamente a massa anônima. Quer valorizá-la espiritualmente, conservando e honrando tudo quanto produziu nas suas alegrias e nas suas dores.²²

Foram essas as palavras do Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, que, além de ter compreendido o aspecto espiritual (imaterial) como elemento da nacionalidade, reforçava o ‘medo’ da perda desse bem, pois, segundo ele, o desaparecimento do folclore significava o desligamento com a alma nacional. No discurso, uma nova concepção de patrimônio é perceptível: fala-se na conservação da cultura espiritual – ou seja, o imaterial –, e no plano de estudo do folclore

elaborado em 1969, no qual encontramos o que chamamos de registro das celebrações, apresentado em torno das crenças religiosas e dos saberes, representado pela medicina folclórica: “quanto ao plano de estudo do Folclore Setorial apresentou o autor as seguintes sugestões: 2. Crenças religiosas; 3. Medicina Folclórica”.²³

Em 1988, a Constituição Federal, em seus artigos 215 e 216, se refere às responsabilidades do poder público no que cabe a proteção do patrimônio imaterial brasileiro, marcando um avanço na democratização da memória e construção das identidades sociais. Foi somente em 2000 que se consolidou uma política específica sobre o patrimônio imaterial. Segundo Mário Chagas, o patrimônio foi compreendido em sua natureza imaterial e material, tomados de forma individual como elementos para identificação nacional (CHAGAS; ABREU, 2003, p. 11). O projeto, nascido após a institucionalização do folclore em 1947, só foi sedimentado na década de 2000, com o reconhecimento do patrimônio imaterial, que no passado foi denominado folclore. Esse fato nos leva a perguntar: como, naquele contexto, os folcloristas musealizaram esse patrimônio?

A musealização do folclore: o caso do Museu da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

A inauguração deste Museu representa o cumprimento de um compromisso comigo mesmo, desde que assumi faz quatro anos, a direção da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro dotar o Rio de Janeiro de um Museu de Folclore. Depois de diversas tentativas, foi possível mercê da compreensão esclarecida do Comandante Léo Fonseca e Silva, Diretor do Museu Histórico Nacional, estabelecer neste sítio tradicional da cidade, um núcleo de um Museu de Artes e Técnicas Populares, que instalamos hoje simbolicamente, porque foi escasso e não permitiu sua organização perfeita.²⁴

Na conferência de abertura de criação do Museu da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1968, no estado do Rio de Janeiro, o folclorista Renato Almeida associou a instituição então inaugurada à Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, afirmando que o museu foi “sonhado”, mas a sua concretização só foi possível mediante a compreensão do Comandante Léo Fonseca e Silva, então diretor do Museu Histórico Nacional. O folclorista mencionou, ainda, que o surgimento do museu foi possível depois de diversas tentativas. O que levou o Estado a apoiar a

criação de um museu de cultura popular em um contexto político ditatorial? Foi a questão levantada por Vania Oliveira em sua tese (OLIVEIRA, 2011, p. 10).

O Museu da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro foi resultado das ações da antiga CNF, que em 1958 foi transformada em CDFB. Após o afastamento do folclorista Édison Carneiro²⁵ da CDFB pelo governo militar, devido às suas convicções comunistas, Renato Almeida assumiu a direção em seu lugar, retomando o projeto de criação de um Museu de Folclore na Guanabara. Para Vania Oliveira, a criação do Museu de Folclore durante a experiência autoritária brasileira permitiu a sobrevivência da própria CDFB:

Penso que, com a criação de uma rede de lugares de memória a Campanha garantiu a continuidade dos estudos de folclore, e construiu sua institucionalização em bases mais duradouras, permitindo sua permanência e fortalecimento no cenário político e cultural brasileiro (OLIVEIRA, 2003, p. 32-33).

Renato Almeida, na abertura do Museu de Folclore, explicitou a relevância da instituição no processo de continuidade da vida nacional. Esse discurso sinalizou que, no contexto autoritário, a cultura popular seria usada para disseminar o sentimento de nacionalidade:

Antes cabe dizer o meu reconhecimento, em nome da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, à compreensão científica e cultural do comandante Léo Fonseca e Silva, que abrangeu com clara inteligência, o sentido do folclore, como uma história subjacente da nacionalidade, portanto, com lugar definido entre as mostras que dão notícia da continuidade da vida nacional.²⁶

A CDFB consolidou duas produções intelectuais que obtiveram êxito durante a experiência ditatorial militar: a Revista Brasileira de Folclore e o Museu da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Embora não seja objeto do presente trabalho aprofundar uma análise sobre esse periódico, ele merece, ainda que de forma breve, uma reflexão sobre os seus usos sociais neste cenário político. Ana Teles da Silva oferece análises sólidas sobre a trajetória da CDFB: nesse período do golpe militar, tomou por objeto de investigação a *Revista Brasileira de Folclore*, entre 1961-1976, e os *Cadernos de Folclore* (CF), entre 1975-1986, e identificou nas redes de interlocuções intelectuais a construção da ideia de brasilidade; entendeu os folcloristas da CDFB como um grupo de estudiosos, procurando definir os

diferentes lugares institucionais de cada produção intelectual, e, também, seus posicionamentos políticos.

Ao refletir sobre o perfil dos folcloristas a partir de suas publicações na *Revista Brasileira de Folclore*, Ana Teles chamou atenção para a heterogeneidade entre eles, para as suas interlocuções, e procurando entender o que havia sido eleito como folclore. Identificou, então, a existência de uma disputa em torno da construção da noção de brasilidade. Ao tomar por objeto as produções discursivas da RBF e dos CF, e a projeção em torno da ideia de um Brasil, afirmou que o Estado não extinguiu a Campanha porque esses estudiosos se vincularam aos interesses da cultura oficial então propagada:

Por um lado, os estudiosos do folclore enquanto grupo não teriam sido perseguidos. Ser um estudioso de folclore por si só não significava uma ameaça ao regime, pelo contrário, a valorização das tradições nacionais era tida como uma afinidade entre esse grupo de intelectuais e a visão da cultura oficial do período. (SILVA, 2015, p. 34)

Nessa mesma época em que o Museu de Folclore e a *Revista Brasileira de Folclore* direcionavam as suas ações para disseminar o sentimento patriótico, foi criada, em 1969, mediante o decreto-lei nº. 869, a disciplina Educação Moral e Cívica, instruída na modalidade de ensino de todo o país. O objetivo dessa disciplina era promover nos estudantes a consciência cívica, o amor às coisas da pátria. A obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica nos faz compreender que a ditadura militar no Brasil se manteve por 21 anos devido aos diferentes aparatos simbólicos construídos em torno da nacionalidade, além da participação da sociedade civil. Exclui-se, portanto, a ideia de que a mesma se manteve apenas pelo exercício da força militar. É preciso chamar a atenção para as formas de uso do folclore e para a visão que se legitimou sobre a cultura nacional, entendida como homogênea nessa ocasião ditatorial. Por essas razões, concordamos com Vania Oliveira quanto à ideia de que o Museu de Folclore, nessa cena autoritária, disseminava uma visão harmônica sobre a cultura nacional, diluindo os conflitos identitários.

No ato de abertura do Museu de Folclore, Renato Almeida evocou, ainda, o nome do folclorista Gustavo Barroso. Qual o interesse em recuperar a memória desse estudioso depois de anos de seu falecimento?

E não posso deixar de evocar a figura de um companheiro ilustre, cuja obra folclórica se conta em relevo, e foi Gustavo Barroso, numa tutelar do Museu Histórico Nacional, que fundou e dirigiu com clarividência e dedicação inexcedíveis.²⁷

Essa pergunta nos levou a um exercício investigativo, a fim de entendermos as redes de relações estabelecidas entre esses estudiosos, exatamente porque Gustavo Barroso exerceu uma atuação primordial na construção da memória nacional brasileira nas salas do Museu Histórico Nacional, criado em 1922 no Rio de Janeiro. Em 1942, Gustavo Barroso, nascido em Fortaleza em 1888, formado em Direito, atuou como político, museólogo folclorista, contista e ensaísta. Publicou um artigo: *O Museu Ergológico Brasileiro*²⁸, nos anais do Museu Histórico Nacional.

O projeto de um Museu Ergológico revelava desde cedo o interesse em musealizar o folclore, projetando em torno deste um discurso sobre a nacionalidade. Gustavo Barroso foi um nome expressivo nesse campo de estudos, devido às suas ações no Museu Histórico Nacional, tendo sido integrante da CNF. O projeto do Museu Ergológico apontava a efervescência que os estudos de folclore conquistavam no Brasil (ABREU, 1990, p. 61). Um museu desta tipologia materializaria aquilo que se entendia por folclore: as religiões de matrizes africanas, por exemplo, ocupariam a seção de Arte e Feitiçaria, devido ao seu valor imaterial:

O Museu deveria ser dividido nos seguintes setores:

1-Ritos, macumbas, candomblés, e pagelaças: altares, orixás, maracás, tambores, espadas, ventarolas e conchas.

2-Tipos: feitiçeiros, curandeiros, benzedores e pais de santo.

3-Feitiços: despachos, caborges, mandingas, patuás.

4-Talismã: orações de trás da porta, amuletos, bentinhos, ferraduras, ovos e cabeças de boi.

5-Apesar de extenso é pálido este resumo da nossa riqueza ergológica. Com ele aqui deixamos a ideia de criação de um interessantíssimo museu. Mas meus votos são pela realização desta, porque nossa ergologia, compreendida num museu tecnicamente organizado e instalado, será inesgotável manancial de estudos e um admirável cartão de visita ao estrangeiro em nome da nossa peculiaridade nacional. (BARROSO, 1942, p. 447)

Fernando Vale Castro traçou uma reflexão sobre a concepção de folclore de Gustavo Barroso, entre os anos de 1912 e 1932, época em que a história intelectual brasileira estudava a cultura nacional em sua diversidade racial. Foi nesse cenário que o estudo sobre o interior e a cultura popular ganharia espaço para se pensar sobre a identidade nacional. O interesse em construir a identidade, valorizando as particularidades culturais, deu novos contornos aos estudos sobre o folclore, que

desde o século XIX já era objeto de estudo dos folcloristas. O folclore seria um elemento explicativo das singularidades culturais, representativo da brasilidade. Barroso, desde a década de 1910, entendia a relevância do folclore para se compreender a identidade nacional em sua diversidade:

A ênfase dada aos estudos de folclore foi uma preocupação constante na obra de Gustavo Barroso desde os seus primeiros escritos, no início da década de 10, uma vez que, para ele, somente com o conhecimento dos costumes do “povo brasileiro” seria possível compreender o “verdadeiro Brasil”, para, a partir daí, construir um país diferente. (CASTRO, 2003, p. 200).

Barroso foi fundador da tradição museológica brasileira. Foi a partir dessa compreensão que Ana Cristina Audebert refletiu sobre a materialização de seu pensamento no projeto de construção da memória nacional brasileira. Discutindo sobre as ideias desse estudioso, questionou como as noções de museu contribuíram para a construção da ideia de nação. Pode-se dizer que a concepção museológica então propagada servia para demarcar fronteiras sociais entre as elites e o povo:

Certamente esta operação de legitimação, que transforma relíquias e fragmentos do passado em documentos históricos, assume diferentes nuances espelhando outros aspectos do pensamento de Gustavo Barroso. É o caso da proposta para o Museu Ergológico Brasileiro. Se no Museu Histórico Nacional o pensamento museológico de Barroso, transforma, como foi dito, relíquias em documentos históricos, no Museu Ergológico, teríamos o folclore através dos objetos, e esses objetos não são compreendidos por Barroso como documentos históricos, eles são expressões da cultura material, explicitação do saber do povo e da singularidade da cultura popular brasileira. (OLIVEIRA, 2003, p. 43).

A concepção museológica da tradição barroseana sinaliza a elaboração de dois brasis no campo da memória nacional. O Museu da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro foi herdeiro desse projeto. Essa instituição deveria demarcar o que caberia aos grandes homens da nação e ao povo. Embora o Museu Histórico Nacional e o Museu Ergológico servissem a atores sociais distintos, na herança de Gustavo Barroso a ideia de brasilidade estaria na cultura dita oficial, e no saber popular.

Apesar de criado em 1968 um Museu vinculado à CDFB e idealizado em 1942 por Gustavo Barroso, encontramos registros do 1º Museu de Folclore no país no estado de São Paulo, em 1948, época de nascimento da Comissão Nacional de

Folclore. A instituição contemplou elementos da cultura material e espiritual, reforçando o nosso entendimento do debate pioneiro sobre o patrimônio imaterial como sinônimo do folclore. Esse museu seguia os padrões da concepção de folclore de Mário de Andrade, reunindo elementos materiais e espirituais da cultura popular:

Deu-se ontem, no Conservatório Dramático e Musical, a inauguração do Museu do Centro de Pesquisas Folclóricas. Um sonho de cultura material e espiritual de Mário de Andrade que ao ser visto se tornou em esplêndida realidade – O primeiro museu, no gênero – Deve ser visto e frequentado pelos estudiosos no assunto – impressões de vários intelectuais. Este primeiro museu no gênero, no país, que pode ser visto e frequentado por todos quantos se interessam pelo assunto, possuindo suas secções, caprichosamente organizadas e divididas: música e dança; ciência e religião; técnica popular, arte popular, secção lúdica e secção indígena, contendo todas elas os mais interessantes mostruários de uma coleção bastante rica em peças colhidas de todo o Brasil, principalmente em Minas Gerais e São Paulo.²⁹

A concepção de folclore desses autores está longe de ser homogênea, nos fazendo perceber o museu como espaço de memória e poder. Mário Chagas refletiu sobre o papel dos museus em associação com o processo de escolhas das ações museológicas, e afirmou que se trata de uma arena política, marcada por disputas entre memórias. Como na Europa, no Brasil, os museus foram criados para projetar o passado inventado sobre a nação, que privilegiava os feitos e ações das elites dirigentes. O autor chamou a atenção para dois projetos sobre a memória nacional brasileira, a partir de uma comparação entre Gustavo Barroso e Mário de Andrade. Enquanto no projeto de memória nacional, o museu, na perspectiva de Gustavo Barroso, deveria englobar as elites. Na proposta de Mário de Andrade, as pessoas comuns deveriam ser representadas:

Enquanto Gustavo Barroso, criador do Museu Histórico Nacional (1922), pensava o museu como local destinado a realizar e a ensinar o “culto à saudade”, a “exaltação da pátria” e a “celebração dos vultos gloriosos”, Mário de Andrade o considerava como espaço de estudo e reflexão, como instrumento capaz de servir às classes trabalhadoras, como instituição catalisadora e ao mesmo tempo resultante da conjugação de forças diversas, como âncora de identidade cultural. (CHAGAS, 2006, p. 69-70).

Os museus foram originados para testemunhar e materializar uma memória em diferentes lugares do mundo no processo de construção das identidades

nacionais. O termo ‘museu’, segundo a etimologia clássica, remete ao lugar das Musas. Sua genealogia tradicional o evoca como ‘testemunho’ do passado lugar de memória. Com a criação da mesa redonda da Unesco no ano de 1972, em Santiago, no Chile, foi enfatizada a dimensão social dos museus. Essa palavra passou a designar qualquer estabelecimento permanente, administrado, geralmente, com o objetivo de conservar, estudar, valorizar por diversos meios e, essencialmente, expor para o prazer e a educação do público um conjunto de elementos de valor cultural, como coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos e zoológicos. (POULOT, 2013, p. 15). A expressão “pedagogia da nacionalidade”, cunhada por Eliana Dutra, nos ajuda a refletir sobre as formas de uso dos elementos da cultura material que consagram um tipo de produção intelectual, difundindo uma pedagogia nacionalista. As produções intelectuais, os bens de valor histórico nacional, os museus, os materiais impressos, são instrumentos políticos vinculados a interesses específicos. Esses materiais materializam um discurso sobre a história de uma nação, ilustrando a figura do país perante outros, estabelecendo fronteiras sociais e culturais entre os diferentes segmentos de um mesmo território, e discursiva sobre e para uma nação (DUTRA, 2005, p. 20).

Considerações finais

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Unesco defendeu a bandeira do antirracismo como forma de combater as teorias raciais do século XIX. A valorização do folclore pela entidade se constituiu como instrumento de valorização das diferenças culturais entre os povos. O Brasil, associado ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, foi o primeiro país a atender às recomendações do órgão, recuperando o discurso do folclore como elemento da nossa singularidade nacional.

A história do patrimônio imaterial em nosso país tem a sua origem com os estudos de folclore, merecendo destaque aqueles vinculados à CNF, ocasião em que o Governo acolheu as pesquisas realizadas em uma época em que o popular era constantemente associado à identidade nacional. Os debates travados pelos folcloristas da CNF permitiram perceber claramente o conceito de imaterialidade em torno do folclore. Além disso, a criação de museus dessa tipologia foi uma forma de

preservação do elemento espiritual, fortalecendo as ações dos folcloristas nas políticas culturais do estado. Esses museus deram legitimidade ao que posteriormente passamos a chamar de patrimônio imaterial. O caso do Museu da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro é um tema instigante, pois envolve muitos fatores, além da musealização do folclore e as suas formas de uso durante a experiência autoritária brasileira. Nesse momento, a instituição foi usada pelo estado para legitimar um discurso harmônico sobre as identidades sociais, disseminando um ideal de nacionalidade. Os museus e as produções da cultura material são elaborados para fins políticos.

NOTAS

1. Chamamos de folcloristas os estudiosos vinculados à Comissão Nacional de Folclore (a partir de 1947, quando foram institucionalizadas as pesquisas de folclore junto à Unesco), e os que receberam pela mesma essa titulação.
2. *Gazeta Comercial*, Juiz de Fora, 4 de maio de 1969. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
3. 1º Congresso Brasileiro de Folclore IBECC. Anais I Volume, Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951. Discurso do Ministro João Neves da Fontoura durante a instalação do Congresso. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro, p. 40.
4. *A Gazeta*. “Renato Almeida na direção da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro”. São Paulo, 10 de julho de 1964. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Pasta-Memória da Instituição.
5. Alguns dados sobre o Instituto Nacional do Folclore: setores, projetos e pessoal. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
6. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro 27 de novembro de 1947. “Comissão Nacional de Folclore”. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
7. *A Noite*, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1947. “Comissão Nacional de Folclore como ficou instituído esse órgão do IBECC”. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
8. 1º Congresso Brasileiro de Folclore IBECC. Anais I Volume, Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951. Discurso do Ministro João Neves Fontoura durante a instalação do Congresso. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
9. 1º Congresso Brasileiro de Folclore IBECC. Anais I Volume, Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951. Discurso do Ministro João Neves da Fontoura durante a instalação do Congresso. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro, p. 40.

10. ALMEIDA, Renato. Troca de mensagens entre o 1º Congresso Brasileiro de Folclore e a Unesco. Anais I Volume, Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
11. *A Noite*. Terça-feira 28 de agosto de 1951. “Organismo Nacional para Defesa do Folclore”. Biblioteca Nacional Rio de Janeiro.
12. ALMEIDA, Renato. (Presidente). MEIRELLES, Cecília (secretária geral). Anais I Volume, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1951. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
13. KUBIRSCHEK, Juscelino. In: Defesa do Folclore instituição, organização e execução da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Ministério da Educação e Cultura, 1957, p. 6. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
14. Ver: Discurso de Bráulio do Nascimento quando a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro ao ser incorporada a Fundação Nacional de Arte foi transformada em Instituto Nacional do Folclore. Alguns dados sobre o Instituto Nacional do Folclore: Setores, projetos e pessoal, 1978. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
15. *Jornal do Brasil*, Guanabara, 8 de dezembro de 1957. Instituto do Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
16. KUBIRSCHEK, Juscelino. In: Defesa do Folclore instituição, organização e execução da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Ministério da Educação e Cultura, 1957, p. 06. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
17. Ata de instalação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 05 de fevereiro de 1958. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
18. Ver: *A Tarde*. Juiz de Fora, 18 de abril de 1967. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
19. ALMEIDA, Renato. (Presidente). MEIRELLES, Cecília (Secretária Geral). Anais I Volume, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1951. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro, p. 77-78.
20. ALMEIDA, Renato. In: Diário de Notícias. Salvador, 05 de outubro de 1958. “A Defesa do Folclore”. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
21. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1959. “Investigações sobre o samba no Brasil – O estudo será realizado pela Campanha de Defesa ao Folclore Brasileiro”. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
22. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 08 de agosto de 1959, Clóvis Salgado. O governo e o Folclore. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
23. *Gazeta Comercial*. Juiz de Fora, 19 de outubro de 1969. “Plano de estudo do Folclore”. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
24. Conferência da inauguração do Museu de Folclore. Fala do diretor do Museu Renato Almeida, Rio de Janeiro de 1968. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
25. Ver: Édison de Souza Carneiro, nascido em 12 de agosto de 1912 na Bahia era um intelectual negro. Concluiu o ensino primário e o secundário, bacharelando-se em

Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia em 1935. A família Souza Carneiro era conhecida como uma elite negra que transitava no círculo das classes privilegiadas da sociedade baiana. Aos 16 anos o estudioso escrevia crônicas para imprensa de sua cidade. Participou do movimento cultural nos anos 1920 Academia dos Rebeldes onde conheceu Jorge Amado. Foi um intelectual que transitou em diferentes áreas atuou como: jornalista, etnógrafo, historiador, folclorista. Em 1933 ingressou no curso de nagô sob a companhia de Guilherme Dias Gomes, tendo sido desde então um dos principais propagadores das festas religiosas de matrizes africanas. Teceu relações de amizades com dirigentes de terreiros de candomblés nagôs, merecendo destaque o seu contato profícuo com a Ialorixá Mãe Aninha do Engenho Velho, do Opô Afonjá e do - Babalaô Martiniano Eliseu do Bonfim. A sua amizade com o povo de santo o tornou um estudioso dos cultos de matrizes africanas. Foi contratado pelo jornal O Estado da Bahia em 1936 - veículo de informação importante por retratar as perseguições religiosas dos candomblés baianos.

26. Conferência da inauguração do Museu de Folclore. Fala do diretor do Museu Renato Almeida, Rio de Janeiro de 1968. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
27. Conferência da inauguração do Museu de Folclore. Fala do diretor do Museu Renato Almeida, Rio de Janeiro de 1968. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
28. “Um dos capítulos mais interessantes da demopiscologia ou folclore é, sem dúvida, aquele que os eruditos denominam “ergologia” e que tem sido pelo menos entre nós, o menos estudado de todos”. (BARROSO, 1942, p. 433).
29. *Jornal de Notícias*, 21 de novembro de 1948. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Por um museu de cultura popular. *Ciências em Museus*, v. 2, p. 61-72, 1990.
- _____; CHAGAS, Mário de Souza (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Faperj, 2003.
- ABREU, Martha. Folcloristas. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 280-283.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920 – 1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.
- BARROSO, Gustavo. O museu ergológico brasileiro. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, 1942.
- CASTRO, Fernando Vale. As colunas do templo: o folclore no pensamento de Gustavo Barroso. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 35, p. 197-212, 2003.
- CHAGAS, Mário. *Há uma gota de sangue em cada museu a ótica museológica de Mário de Andrade*. Santa Catarina: Argos, 2006.

CUNHA, Paulo Anchieta Florentino da. *O Movimento Folclórico Brasileiro e seus desdobramentos na Paraíba: uma aproximação a partir da trajetória de Hugo Moura (1960-1978)*. Recife, 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos chaves da museologia*. São Paulo: Comitê Nacional Português do ICOM, 2013.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da república: história e identidade nacional no Almanaque brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. São Paulo: Hucitec, 1977.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert de. *O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. *Museu de Folclore Édison Carneiro: poder, resistência e tensões na construção da memória da cultura popular brasileira*. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

POULOT, Dominique. *Museu e museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas, 2001.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar: esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

SILVA, Ana Teles da. *Na trincheira do folclore: intelectuais, cultura popular e formação da brasilidade – 1961-1982*. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

470

VILHENA, Luis Rodolfo da Paixão; CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1990.

VILHENA, Luis Rodolfo da Paixão. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.

Elaine Cristina Ventura Ferreira é Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pós-Graduada em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Bacharela e Licenciada em História pela UNIRIO.

Como citar:

FERREIRA, Elaine Cristina Ventura. A musealização do folclore na abordagem da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (anos 1947-1968). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 450-470, jul./dez. 2019. Disponível em: <pem.assis.unesp.br>.